

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: MAPEANDO ESTRATÉGIAS DE INCLUSÃO PARA CRIANÇAS DO ENSINO REGULAR COM TEA

Judite Maria de Amorim¹

José Edivaldo Pereira²

Orientadora: Edna Câmera Monteiro³

RESUMO

Este artigo tem o designo de relatar o que é o Transtorno do Espectro Autismo (TEA). Nesse sentido, o trabalho parte do seguinte questionamento de pesquisa: Quais são as estratégias de inclusão para os alunos com TEA na rede municipal de ensino de Campina Grande (PB). Elencamos como objetivo geral: discutir as estratégias de inclusão para alunos com TEA a partir da atuação do Atendimento Educacional Especializado (AEE) em uma escola da rede municipal de ensino de Campina Grande, (PB). Trata-se de uma pesquisa qualitativa com elementos da pesquisa bibliográfica, descritiva e de campo, em estudos realizados sobre o TEA e o AEE na rede municipal de ensino de Campina Grande, bem como a análise de documentos e relatórios sobre os serviços de AEE ofertados. Como resultado das análises realizadas, destacamos a importância do AEE como uma estratégia para educação inclusiva, contribuindo, portanto, com seu processo de aprendizagem. Sendo assim, a pesquisa também nos mostrou que o AEE é uma ferramenta de suma importância para as crianças com TEA atendidas na rede municipal de ensino, pois permite a individualização do ensino, promovendo a autonomia, a integração social, articulação com família, cumprimento de legislação. Portanto, destacamos a importância da implantação das Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) em todas as escolas, já que a pesquisa, nos documentos oficiais do município, mostrou que muitas escolas ainda não dispõem dessas salas, os alunos são atendidos em escolas próximas e muitas estão com a capacidade de atendimento esgotada. A pesquisa mostrou que os serviços de AEE precisa ser ampliados na rede municipal, pois o mesmo é uma ferramenta fundamental para garantir que crianças com TEA tenham oportunidades de aprendizado e desenvolvimento, respeitando suas singularidades e promovendo um ambiente educativo inclusivo.

Palavras - chaves: Autismo, Educação Inclusiva, Práticas pedagógicas, Atendimento Educacional Especializado – AEE, Sala de Recursos Multifuncionais - SRM.

¹ Graduando pelo curso de pedagogia da Universidade Vale do Acaraú - UVA, judite.amorym@gmail.com Especialista em Educação Infantil - Faculdade Integradas de Patos – FIP; Especialista em atendimento educacional especializado – AEE – UFPB.

² Graduado em Pedagogia Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) Edivaldo.pedraspretas@gmail.com Especialização em Psicopedagogia – Universidade Estadual da Paraíba (UEPB); Especialista em Atendimento Educacional Especializado – AEE – (UFPB).

³ Professora orientadora: Edna Câmera Monteiro – Mestre em educação pela UFPB; Pedagoga e Psicóloga pela UEPB; Professora da Faculdade reboúças de campina Grande (PB); Coordenadora pedagógica da rede municipal e ensino de Campina Grande(PB). Edna_9909@hotmail.com



1. INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA), amplamente conhecido como autismo, refere-se a um grupo de condições que afeta diretamente no desenvolvimento, comportamento e comunicação de um sujeito. Está classificado no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais DSM-5, de American Psychiatric Association (APA), como pertencente à categoria denominada Transtornos de Neurodesenvolvimento (APA, 2013). Suas principais características são dificuldade de interação e comunicação, comportamentos repetitivos e obsessivos, sensibilidade a texturas, sons e movimentos. Diante das suas condições, torna-se um desafio a educação e a inclusão de pessoas com autismo em diferentes contextos, como escolas e comunidades. Porém, alcançar, acolher as crianças com TEA é uma questão fundamental para garantir a igualdade de oportunidades e o respeito às diferenças.

Desse modo, este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) buscou como objetivo mapear estratégias de inclusão para crianças do ensino regular com Transtorno do Espectro Autismo (TEA), considerando os questionamentos sobre a importância do desenvolvimento humano e pedagógico da criança, bem como mapeando as práticas pedagógicas desenvolvidas por professores nos espaços escolares. Mediante uma pesquisa de cunho bibliográfico e descritivo, buscou-se investigar aspectos referentes à inclusão dos alunos com TEA a partir da atuação do Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Ao longo dos últimos anos, é possível observar que a inclusão social de alunos com deficiência no Brasil vem aumentando e ganhando força a cada dia, já que tem sido frequente o aumento de políticas públicas que visam atender pessoas com deficiência, especialmente pessoas com TEA.

Sendo assim indaga-se a respeito de quais as estratégias têm sido desenvolvidas para a inclusão das pessoas com TEA nas escolas públicas do ensino regular no nosso país. Vale ressaltar, portanto, que conforme o art. 54, inciso III, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), é obrigação do Estado garantir o atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino, já que toda criança e adolescente tem o direito à educação, como forma de garantir o seu pleno desenvolvimento como pessoa, preparo para o exercício da cidadania e

qualificação para o trabalho (Brasil, 1990).

Este trabalho está organizado em 8 sessões, sendo esta primeira o resumo do tema; na segunda, a lista de siglas; na terceira, a introdução; na quarta, a metodologia do estudo; na quinta, o referencial teórico mostra o conceito de TEA - aspectos históricos, definições e características, como também o AEE e a educação inclusiva, mostrando estratégias para pessoas autistas; na sexta sessão são apresentados os resultados e discussões acerca do assunto em pauta; na sétima, é apresentada a conclusão, e por fim as referências, na oitava sessão.

2. METODOLOGIA

O desenvolvimento metodológico foi realizado a partir de uma abordagem qualitativa por meio de uma pesquisa bibliográfica que é, conforme Gil (2008, p.50), “desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Sua principal vantagem está no “fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”. Os resultados indicaram que temos que utilizar uma metodologia ativa para que os alunos possam ser mais incentivados e engajados no processo de ensino aprendizagem, caminhando junto com a capacitação dos profissionais da educação e o envolvimento da família, para uma adaptação curricular, avanços pedagógicos para os alunos com TEA. Booth (2000) afirma:

[...] assegurar que a inclusão esteja presente no bojo do desenvolvimento da escola, permeando todas as políticas, de forma que estas aumentem a aprendizagem e a participação de todos os alunos. Considera-se apoio aquelas atividades que aumentam a capacidade de uma escola em responder à diversidade dos alunos. Todas as formas de apoio são consideradas juntas em uma estrutura única e são vistas a partir da perspectiva dos alunos e seu desenvolvimento, ao invés de serem vistas do órgão responsável pela organização da educação. (BOOTH 2000, p.45).

3. TEA: ASPECTOS HISTÓRICOS, DEFINIÇÕES E CARACTERÍSTICAS

O termo autismo, tem origem do grego *autós*, que significa “de si mesmo”, e foi empregado pela primeira vez pelo psiquiatra suíço Eugem Bleuler, em 1911, que buscava



descrever a fuga da realidade e o retraimento interior dos pacientes acometidos de esquizofrenia. O autismo compreende a observação de um conjunto de comportamento agrupados em uma tríade principal: comprometimento na comunicação, dificuldades na interação social e atividade restrito-repetitivas (Facion, 2022).

Para Facion (2022, p.19) as indagações sobre a definição do autismo são difíceis de responder e destaca:

[...] o que é realmente autismo? Essa pergunta não é tão fácil de responder, pois não se conseguiu, até hoje, uma definição e uma delimitação consensual das terminologias sobre ele. A multiplicidade das terminologias fenomenológicas e, respectivamente, seus sinônimos demonstram a complexidade do problema e a diversidade dos princípios de esclarecimento existentes até hoje.

Desse modo, observa-se que Facion (2022) ressalta as dificuldades em conceituar o Transtorno do Espectro Autismo (TEA), assim como o de entender, esse termo. O que se sabe é que seu surgimento ocorre antes dos 3 anos de idade, com causas desconhecida, com origens ligadas a fatores genéticos. Assim, o TEA passa a ser alvo de grandes discussões no meio acadêmico, como também e em todo mundo.

Ainda com base em Facion (2022), o autismo é compreendido como um transtorno neurobiológico, que afeta o desenvolvimento cognitivo e se caracteriza como uma síndrome complexa, persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação social. É importante ressaltar, que as evidências científicas comprovam que não existe uma causa única para o Autismo ou TEA, e que a cada dia, o número de crianças com diagnóstico vem aumentando de forma progressiva. Há hipótese de que fatores ambientais podem favorecer o crescimento desses dados. Todavia, vale ressaltar que não existe nenhum estudo relacionado que comprove os fatores que causam o TEA.

No ano de 2012, foi instituída a lei nº 12.764/12, considerada a política nacional de proteção dos direitos da pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Por meio dela, as crianças/adolescentes/adultos, que possuem esse transtorno, têm direito de ter um acompanhante, especializado na escola (BRASIL, 2012), afim de garantir a permanência e o desenvolvimento social e cognitivo dessa pessoas.

3.1. O AEE e a educação inclusiva



O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é entendido como um grupo de ações, recursos de acessibilidade e pedagógicos estruturados institucional e continuamente, prestado de modo “complementar à formação dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, como apoio permanente e limitado no tempo e na frequência dos estudantes às salas de recursos multifuncionais”; ou ainda de maneira “suplementar à formação de estudantes com altas habilidades ou superdotação” (BRASIL, 2011, art.2).

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB - instituída em 1996, através da Lei nº 9.394/96, em seu artigo 4, percebemos que se destaca que é dever do Estado com educação escolar pública garantir diversos direitos, dentre eles, no seu inciso III, o “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1994).

Conforme o Decreto nº 7.611/2011, o AEE deve constituir a proposta pedagógica da escola, além de contar com o envolvimento e a participação da família para garantir o acesso integral da participação dos estudantes, assim como atender às necessidades específicas das pessoas público-alvo da educação especial, isso através da realização em alinhamento com outras políticas públicas (BRASIL, 2011). Ainda com base no Decreto nº 7.611/2011, o art. 3º destaca os objetivos do AEE, quais sejam:

I - prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes;

II - garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular;

III - fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem;

IV - assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino (Brasil, 2011, s/p).

Desse modo, Sartoretto e Sartoretto (2010), corroboram ao ressaltar que o professor da sala do AEE deve ser dinâmico, e usar sempre sua criatividade, para um processo de ensino e aprendizagem, trabalhando as dificuldades e limitações apresentadas pela deficiência de cada aluno. Isso porque os autores consideram o AEE como:

Uma modalidade de ensino que passa por todos os níveis, graus e etapas do percurso escolar e tem como objetivos, entre outros, identificar as necessidades e possibilidades do aluno com deficiência. Elaborar planos de atendimento, visando ao acesso e à participação



do processo de escolarização em escolas comuns; atender o aluno com deficiência no turno oposto àquele em que ele frequenta a sala comum; produzir e /ou indicar materiais ou recursos didáticos que garanta a acessibilidade do aluno com deficiência aos conteúdos curriculares; acompanhar o uso desses recursos em sala de aula, verificando sua funcionalidade, sua aplicabilidade e a necessidade de eventuais ajustes, e orientar as famílias e professores aos recursos utilizados pelo o aluno (Sartoretto; Sartoretto, 2010, p 2).

Nesse contexto, o AEE passa a ser o serviço desenvolvido nas escolas, por um profissional que tem a autonomia para identificar as dificuldades e organizar recursos pedagógicos de acessibilidade, com foco na eliminação das barreiras para a plena participação e socialização dos alunos com deficiência, autismo (TEA). Dessa forma, o AEE tem suas modalidades de atendimento, para as quais temos que levar em consideração:

- Identificação das necessidades dos alunos;
- Criação de um planejamento amparado por o Projeto Político Pedagógico (PPP), da instituição de ensino;
- Produção de materiais acessíveis e adaptados;
- Compra de ferramentas e demais materiais de apoio.

De acordo com Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional (LDB), nº 9.394/96 (BRASIL 1996), no capítulo III, art. 4º e §3, é dever do Estado, garantir o “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino”. Com a finalidade de corroborar com a assistência desse público, o decreto de nº 6.571/08 dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado (AEE). Nesse documento, as crianças com deficiência têm como garantia, a matrícula dentro das instituições escolares, como também um acompanhamento psicológico, professores profissionalizados, salas de recursos com materiais pedagógicos e sala de recursos multifuncionais (Brasil, 2008), assim observa-se que o AEE contribui como uma estratégia para a inclusão de pessoas com deficiência, especialmente nos espaços escolares.

3.2. Estratégias de inclusão para pessoas autistas



Ao incluir pessoas autistas no ambiente escolar, é de extrema importância promover um processo educativo igualitário, oportunidade de aprendizagem para todos. Mas temos que reconhecer que o aluno com TEA possui características únicas. Nesse caso, devemos exigir abordagens diferenciadas para garantir sua participação de forma acadêmica e efetiva. Dessa forma, as estratégias de ensino para crianças autistas, vem ser:

- Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA): é uma estratégia que visa ajudar e acelerar alunos autistas na expressão e compreensão da linguagem. Nem todos os alunos autistas se comunicam verbalmente de forma eficaz e a CAA oferece recurso e ferramentas para superar essa dificuldade. Ela pode envolver o uso de sistemas de comunicação por símbolos, dispositivos eletrônicos, quadro de comunicação ou outros meios adaptados às necessidades individuais do aluno e sua família. A implementação da CAA, no ambiente escolar promove a interação com pares, o engajamento e a participação do aluno autista.
- Apoio sensorial na escola: o apoio escolar no ambiente educativo contribui muito para reduzir o stress e a sobrecarga sensorial, permitindo que os alunos se concentrem melhor nas atividades de aprendizado e tenham uma experiência mais prazerosa na escola.
- Suportes visuais no ensino estruturado: o uso de suportes visuais é uma estratégia eficaz no ensino de alunos autistas, especialmente no contexto de ensino estruturado, ou seja, quando as atividades são previamente programadas. Os suportes visuais incluem pistas visuais, quadro de rotina e histórias sociais.
- Hiper foco para ensinar: o hiper foco é um estado de concentração intensa e foco elevado em um determinado assunto. Muitas crianças autistas apresentam hiper foco em áreas de interesses específicas. Essas estratégias consistem em aproveitar o hiper foco do aluno autistas e incorporá-lo ao processo de ensino. Ao identificar os interesses dos alunos, os educadores podem utilizar esses temas como ponto de partida para o aprendizado, tornando as atividades mais significativas e envolventes.
- Apoio na interação social e habilidades sociais: são aspectos importantíssimos, para os alunos autistas.

O ambiente escolar deve fornecer oportunidades estruturadas para a prática e desenvolvimento dessas habilidades. Isso pode ser feito por meio de atividades em grupo, jogos cooperativos, programas de mentorias ou grupos de apoio.

É essencial promover a compreensão mútua entre os colegas de classe incentivando a empatia, a tolerância e o respeito às diferenças. O ensino de habilidades sociais de forma explícita inclusiva contribui para o fortalecimento das relações sociais, para a autonomia dos alunos autistas. De acordo com Barbosa; Zacarias; Medeiros e Nogueira (2013):

Falar sobre a inclusão de crianças com autismo em sala de aula regular nem sempre é fácil, por vezes gera polêmica e amplas discursões devido à complexidade das características apresentadas quando as mesmas são inseridas no ambiente escolar. A criança com autismo, diante de convívio com outras crianças pode apresentar comportamentos agressivos com os professores e colegas, podendo ocasionar conflitos. Entretanto o professor quando recebe uma criança com autismo em sua sala de aula, sente-se desafiado ao iniciar o processo de inclusão, pois a criança apresenta grande dificuldade em interagir e se comunicar (Barbosa; Zacarias; Medeiros; Nogueira, 2013, p.7).

Os autores, mostram a importância do processo desafiador para os profissionais em sala de aula. Essa interação necessita de um planejamento metodológico que molde a escolarização.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Sabendo o quanto é importante ter dados idôneos para os artigos científicos, foi elaborado um questionário sobre alunos com TEA, que foi respondido pela Secretaria de Educação (SEDUC) de Campina Grande, Paraíba-PB.

Em atendimento à solicitação, no dia 30 de junho de 2025, a coordenadora da Educação Especial da cidade enviou as respostas do questionário o qual evidenciou os resultados que serão expostos adiante.

O primeiro questionamento da pesquisa foi: quantos alunos com TEA há na cidade de Campina Grande? Na tabela abaixo, veremos, de forma quantitativa e conforme resposta da coordenadora, a quantidade de meninos e meninas laudadas com TEA.

ANOS	FEMININO	MASCULINO	TOTAL
2021	608	1572	2180
2022	869	2167	3036
2023	1176	2695	3871
2024	1404	3157	4561
2025	1539	3392	4931

Quantidade de estudantes com TEA – de 2021 até 2025



Com base nos resultados da tabela acima, fornecida pela Secretaria de Educação (SEDUC), é possível perceber um índice crescente de crianças com TEA em nossa cidade. Para que o município consiga comportar todo esse índice, é necessário um trabalho conjunto entre Secretaria Municipal, gestão escolar, corpo docente, educadores sociais voluntários e a família, para que todos juntos obtenham um resultado mais consistente e concreto, que venha a minimizar esse elevado número de crianças com TEA.

Foi questionado também à Secretaria de Educação, se existiam unidades escolares sem SRM (Sala de Recursos Multifuncional). A resposta dada foi sim, pois existem 81 unidades educacionais que ainda não têm SRM para o atendimento educacional especializado. Para melhor resultado no atendimento aos alunos que necessitam desse acompanhamento, a gestão os encaminha para a unidade educacional com SRM, mais próxima.

Quando foi indagado quais estratégias de inclusão são utilizadas, a Secretaria Municipal de Educação destacou que fornece as seguintes orientações:

- Acolhimento aos alunos por meio da gestão escolar;
- Criação AEE, através do PPP, da unidade escolar;
- A utilização do AEE, para identificar e suprir as barreiras, que o estudante encontra. Como as estratégias, de superação de obstáculos.
- Um PEI flexível pelos professores da sala regular e em colaboração com o professor do AEE;
- PPP flexível para superar as barreiras educacionais enfrentadas por o corpo docente;
- Educadores sociais voluntários para suprir a demanda do público alvo do AEE;
- Disponibilização de comissão de educação especial, composta por professores e técnicos;
- Acompanhamento para os alunos que necessita de mais suporte, na escola clinica AFETO;
- Orientação para atendimentos na área de saúde, quando necessário, através do programa saúde na escola.
- Rede de apoio as famílias através de rodas de conversas, nas unidades escolares, secretária municipal, e o programa colo pra mãe;
- Articulação intersetorial com o órgão de proteção para acompanhamento integral dos estudantes (Coordenadora de educação Especial).

Com base nas orientações acima, vemos todo o processo de acompanhamento



dia a dia dos alunos que necessitam das Salas de Recursos Multifuncionais SRM, dentro das instituições escolares municipais de Campina Grande.

Quando foi perguntado à SEDUC quantos profissionais com habilitação em pedagogia para atuar como professora do AEE ou com psicopedagogia existem na Rede municipal de Campina Grande, responderam o seguinte:

O município de Campina Grande atende ao disposto no documento DIRETRIZES OPERACIONAIS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL PARA O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA EDUCAÇÃO BÁSICA. De acordo com este documento, para o exercício do Atendimento Educacional Especializado (AEE), o profissional precisa de formação inicial que o habilite para a docência e formação específica em educação especial, seja inicial ou continuada. Essa especialização pode ser obtida através de cursos de pós-graduação (especialização, mínimo de 300 h) em Educação Especial, com certificação por instituições reconhecidas pelo MEC, ou por meio de licenciaturas específicas em Educação Especial. Não dispomos de informação acerca de quais cursos específicos os profissionais que atuam no AEE possuem, porém informamos que todos os 97 docentes que atuam no AEE de Campina Grande têm formação inicial que os habilita para a docência e especialização na área da educação especial. (Coordenadora de educação Especial).

Para a Coordenação da Educação Especial do município de Campina Grande, fica evidente o esforço da SEDUC em atender toda a demanda que vem surgindo no município, relacionada às crianças do Atendimento Educacional Especializado, (AEE) e às com TEA.

A pesquisa mostrou que a Educação Especial no município de Campina Grande tem avançado na inclusão de estudantes com deficiência, ampliando o acesso a serviços de apoio e a participação de famílias no processo educativo. Mostrou também que a demanda vem crescendo muito, ano após ano. Evidenciou-se ainda que enfrenta desafios, como insuficiência de recursos, necessidade de formação contínua de professores, infraestrutura inadequada e dificuldades de integração com a rede regular de ensino.

Portanto, o presente estudo permitiu constatar que, apesar da implementação da educação inclusiva no município de Campina Grande, revela-se pequenos, mas significativos avanços na construção de um sistema de ensino inclusivo. Entretanto, é preciso priorizar algumas ações, dentre elas: promover a formação continuada de todos os professores, não só dos que trabalham com o AEE,



como todos da sala regular; ampliar o número de profissionais para atuarem nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM); assessorar os gestores na construção de projetos que viabilizem a vinda de recursos do MEC para montagem de novas salas de recursos; e, principalmente, não se acomodar, acreditando que as ações realizadas até então são grandes feitos e, por isso podem ser consideradas suficientes para elevar a educação do município ao patamar de educação inclusiva.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou mapear estratégias de inclusão para crianças do ensino regular com TEA, a partir da atuação do Atendimento Educacional Especializado (AEE), o processo de inclusão para crianças do ensino regular com (TEA), refletindo como tais práticas podem contribuir para o processo de ensino aprendizagem desse público na sala regular. Nessa perspectiva, observou-se a relevância de alguns profissionais, especialmente as práticas desenvolvidas pelo professor da Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) para atender aos aspectos psíquicos do indivíduo, já que os estudantes sentem dificuldade em expressarem e entenderem sobre seus próprios sentimentos e atribuí-los aos outros, a fim de se incluírem no âmbito familiar e social.

Nesse contexto, o AEE contribui para melhor desenvolvimento e estimulação das potencialidades dessas crianças. Portanto, enfatiza-se a necessidade de SRM como um recurso necessário para o processo de inclusão nas escolas brasileiras.

De acordo com os dados analisados e fornecidos pela Secretaria Municipal de Campina Grande, fica evidente um aumento crescente dia a dia de crianças laudadas com TEA. Diante disso, a forma de obter um resultado mais consistente em relação à inclusão é todos trabalharem de forma coletiva. Como pontua, Capelline (2004, p.89):

O trabalho colaborativo efetivo requer compromisso, apoio mútuo, respeito, Flexibilidade e uma partilha dos saberes. Nenhum profissional deveria considerar-se melhor que os outros. Cada profissional envolvido pode aprender e pode beneficiar-se dos saberes dos demais e, com isso, o beneficiário maior será sempre o aluno.

Nessa premissa, fica evidente a importância do trabalho coletivo entre todos da escola e o AEE, ampliando o leque de possibilidades, para os alunos que necessitam do acompanhamento dentro das SRM.



6. REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION: DSM-5. Associação Americana de Psiquiatria. DSM V - Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais, 2013.

BARBOSA, A. M.; ZACARIAS, J. da C.; MEDEIROS, K. N.; NOGUEIRA, R. K. S. O papel do professor frente á inclusão de crianças com autismo. Curitiba, 2013.

BERSCH, R. Introdução à tecnologia assistiva. Porto Alegre: CEDI, 2008.

BUSCAGLIA, L. Os deficientes e seus pais. Trad. Raquel Mendes. 2.ed. Rio de Janeiro: Record, 1993.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1990.

BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Ministério da Educação, Brasília, 2011.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96). Ministério da Educação, Brasília, 1996.

CAPELLINI, V.L.M.F. Avaliação das possibilidades do coensino do processo de inclusão escolar do aluno com deficiência mental.

CARNEIRO, R. U. C. Educação inclusiva na educação infantil. Revista Práxis Educacional. V.8, n.2, p.81-95. Jan./Jun. 2012.

FACION, José Raimundo. In: CUNHA, Eugênio. Autismo e Inclusão 9ª edição, WAK: Rio de Janeiro, 2022.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed., São Paulo: Atlas, 2008.

GLAT, R.; NOGUEIRA, M. L. L. Políticas educacionais e a formação de professores para a educação inclusiva no Brasil. Revista Integração, v.24, ano 14, Brasília: MEC/SEESP, 2002.

LOPES, A. Escola, socialização e cidadania. São Carlos: EDUFcar, 1995.

MIRANDA, M. Gouveia. O processo de socialização na escola: a evolução da condição social da criança. LANE, S. T. M.; CODO, W. (Orgs.). Psicologia Social: o homem em movimento. Editora Brasiliense, 1989.

MONTISSORI, M. In: CUNHA, Eugênio. Autismo e Inclusão 9ª edição, WAK: Rio de Janeiro, 2022.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, SEDUC. 2025



TEIXEIRA, A. S. Educação é um Direito. Companhia Editora Nacional: São Paulo, 1968.

VYGOTSKY, L. S. Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar. In: VYGOTSKY, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. São Paulo: Ícone, 2014.